

Governo lança projeto para transformar resíduos sólidos urbanos em combustível na produção de cimento

Qui 11 maio

O [Governo de Minas](#) lançou, nesta quinta-feira (11/5), o Minas Recicla Energia, projeto estadual inédito que promove a obtenção de energia para produção de cimento por meio das sobras da triagem da coleta seletiva.

Coordenada pela [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#), a iniciativa é executada pelo Estado, em parceria com as prefeituras de Pedro Leopoldo, Matozinhos e Lagoa Santa, com a empresa CSN Cimentos – Unidade Pedro Leopoldo, com a Universidade Federal de Lavras e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Considerado o símbolo de uma nova era na gestão mineira de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), o Minas Recicla Energia é um projeto piloto e pioneiro na temática de Coprocessamento por meio do Combustível Derivado de Resíduos Sólidos Urbanos (CDRU). Nesse processo, a sobra das coletas seletivas, feitas pelas associações de catadores de material reciclável, são transformadas em combustível para a produção de cimento, evitando a disposição em aterro.

A expectativa é a de que, no início do projeto, por mês, mais de cem toneladas de RSU sejam recuperadas e transformadas em energia para esse tipo de produção. Além disso, a Semad espera que, com o projeto, haja redução de emissão de carbono em comparação a fontes de combustível tradicional e de fonte não renovável.

“Todo esse processo está alinhado com a campanha Race To Zero, cuja adesão de Minas é pioneira na América Latina e no Caribe, e aderente à política de mudanças climáticas. E esse é o primeiro passo para que a gente possa estender a todo estado de Minas, gerando energia, fomentando a economia circular e aproveitando nossos resíduos sólidos de maneira otimizada, em parceria com os catadores. Implementamos, com esse projeto, todo ciclo da gestão de resíduos sólidos em Minas Gerais”, comenta a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo.

Para o monitoramento da execução do programa, o Estado está firmando termos de cooperação técnica com as prefeituras, a universidade, a CSN Cimentos e ABNT. A avaliação dos parâmetros científicos acerca do potencial calorífico das sobras de material da triagem das associações contribuirá para a criação da Certificação Padrão para CDRU para todo o país.

Associações de Catadores e CSN Cimentos

De acordo com a Política Estadual de Resíduos Sólidos, a atividade de Coprocessamento de RSU em fornos de clínquer (matéria-prima do cimento) é admitida como forma de destinação final no estado. “O projeto respeita a hierarquia do fluxo ideal dos resíduos sólidos, na qual a prioridade é a

reciclagem, antes da recuperação energética. A sobra é o material que não é usado pelas associações e, como tal, disponibilizado em aterros”, explica o subsecretário de Gestão Ambiental e Saneamento da Semad, Rodrigo Franco.

O subsecretário destaca que o Governo de Minas tem compromisso com as associações de catadores, que desempenham um papel de fundamental importância nas políticas públicas estaduais. “Registramos recordes históricos de repasse financeiro de pagamentos por serviços ambientais por meio do Programa Bolsa Reciclagem”, diz.

De acordo com a presidente da Associação dos Catadores de Pedro Leopoldo, Isaura Aureliano, esse é um marco para a entidade. “Representa melhorias para outras entidades de Minas e também do Brasil”, afirma.

Para Edvaldo Rabelo, diretor da CSN Cimentos, a parceria no projeto Minas Recicla Energia reforça o comprometimento da empresa com a sustentabilidade e com ações que tragam impacto positivo para as comunidades. “Temos metas ESG ambiciosas para os próximos anos e um forte compromisso com o meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, sobretudo das áreas em que atuamos. A parceria com o Governo de Minas no projeto Minas Recicla Energia está totalmente alinhada com as nossas ambições de sustentabilidade no Grupo CSN”, reitera o executivo.

O projeto pode representar ganhos sociais, econômicos, geração de renda e mitigação dos impactos climáticos. As associações de catadores terão a possibilidade de receber investimentos em infraestrutura; a indústria terá uma matéria-prima alternativa, alinhada às diretrizes das políticas ambientais; e as prefeituras poderão reduzir o custo de disposição em aterro e de logística.

Os resultados do projeto abrem portas para ampliação da Recuperação Energética de Lixo em todo o estado, que se posiciona como o maior produtor de cimento do Brasil e, conseqüentemente, com maior potencial de utilização de combustíveis alternativos.